



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEXTA CÂMARA

Processo nº. : 13830.000286/98-71  
Recurso nº. : 121.894  
Matéria: : IRPF - EXS.: 1993 e 1994  
Recorrente : HUGO ANTÔNIO DE OLIVEIRA CLARO  
Recorrida : DRJ em RIBEIRÃO PRETO - SP  
Sessão de : 15 DE AGOSTO DE 2000  
Acórdão nº. : 106-11.433

NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO – DECADÊNCIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO NÃO OCORRIDA – Não entregue a declaração de rendimentos dentro do respectivo exercício, o termo inicial para a contagem do prazo decadencial é o primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

IRPF – ACRÉSCIMO PATRIMONIAL A DESCOBERTO – Tributa-se o acréscimo patrimonial não justificado pelos rendimentos tributáveis, não tributáveis ou tributáveis exclusivamente na fonte.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por HUGO ANTÔNIO DE OLIVEIRA CLARO.

ACORDAM os Membros da Sexta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

DIMAS RODRIGUES DE OLIVEIRA  
PRESIDENTE

LUIZ FERNANDO OLIVEIRA DE MORAES  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 21 SET 2000

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO, THAISA JANSEN PEREIRA, ORLANDO JOSÉ GONÇALVES BUENO, ROMEU BUENO DE CAMARGO, RICARDO BAPTISTA CARNEIRO LEÃO e WILFRIDO AUGUSTO MARQUES.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 13830.000286/98-71  
Acórdão nº. : 106-11.433

Recurso nº. : 121.894  
Recorrente : HUGO ANTÔNIO DE OLIVEIRA CLARO

**R E L A T Ó R I O**

**HUGO ANTONIO DE OLIVEIRA CLARO**, já qualificado nos autos, foi autuado por infração à legislação do imposto de renda, exercícios de 1993 e 1994, conforme peça acusatória de fls. 02 que se desdobra em omissão de rendimentos do trabalho assalariado, omissão de rendimentos de trabalho sem vínculo empregatício e acréscimo patrimonial a descoberto. Para este último, o autuante louvou-se na aquisição de veículos e imóveis, que o autuado não justificou com rendimentos declarados, e na glosa de numerário em caixa constante da declaração de bens, não comprovado com documentos hábeis, de que resultou o demonstrativo de evolução patrimonial a fls.36.

Em impugnação (fls.51), o autuado alegou, em resumo: a) cerceamento de defesa, porque não lhe foi concedida dilação de prazo para prestar as informações reclamadas pelo autuante; b) decadência do crédito referente ao ano calendário de 1992, em sendo o lançamento por homologação; c) no mérito, quanto à omissão de rendimentos, que não recebeu das pessoas jurídicas o informe dos rendimentos pagos; d) a existência de rendimentos não declarados é incoerente com o acréscimo patrimonial; e) discrepância nas datas de aquisição dos veículos; f) na aquisição de imóveis, por arrematação em leilão judicial, atuou apenas como intermediário; f) o numerário em caixa deveria ter sido considerado pelo autuante porque efetivamente existia.

A Delegada de Julgamento de Ribeirão Preto proferiu decisão (fls.84) pela procedência da ação fiscal, fundamentada, em resumo, como segue: a) não houve cerceamento de direito de defesa porque a autuação somente ocorreu



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 13830.000286/98-71  
Acórdão nº. : 106-11.433

sessenta dias após a segunda intimação feita ao contribuinte; b) o fato de o autuado não ter recebido os informes de rendimentos das empresas não é a causa para não se tributar os rendimentos de trabalho; c) os períodos de apuração de omissão de rendimentos e acréscimo patrimonial a descoberto são independentes entre si; d) quanto aos fatos relacionados à aquisição de veículos e imóveis, bem assim da existência de numerário em caixa, o autuado fica no campo das simples alegações, sem trazer qualquer prova.

Amparado por liminar em mandado de segurança, que o dispensou de efetuar depósito em garantia da instância (fls.111), vem o autuado com recurso a este Conselho (fls.95) em que renova, em linhas gerais, as alegações expendidas na impugnação, acrescidas das seguintes: a) não existe base legal para apuração mensal de variação patrimonial a descoberto, que deve ser anual; b) da variação patrimonial deve ser excluído o automóvel VW Gol, cuja venda se deu a prazo e não à vista, como considerou o autuante.

É o relatório.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 13830.000286/98-71  
Acórdão nº. : 106-11.433

**V O T O**

Conselheiro LUIZ FERNANDO OLIVEIRA DE MORAES, Relator

Conheço do recurso, por preenchidas as condições de admissibilidade. O Recorrente traz, em seu apelo, alegações inconsistentes, reproduzindo, em parte, os mesmos frágeis argumentos alinhados, sem êxito, na impugnação. Não há como acolhê-los, diante de tal inconsistência e mesmo irrelevância face ao que se contém na exigência fiscal e na decisão de primeiro grau.

O recurso trai a intenção manifestamente protelatória do Recorrente, o que o qualifica como litigante de má fé, a teor do disposto no art. 17, VII, do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 9.668/98, qualificação que se lhe ajusta à perfeição não obstante a lei processual administrativa não prever sanções para esse tipo de comportamento contrário aos princípios da verdade e da lealdade processuais. Se não, vejamos.

**Decadência:** Na contramão da torrencial jurisprudência administrativa e judicial, que reconhece no imposto de renda elementos do lançamento por declaração e por homologação, sustenta o Recorrente que o imposto de renda está sujeito exclusivamente a modalidade de lançamento exclusivamente por homologação. Na espécie, a contagem do prazo decadencial se faz em observância ao disposto no art. 173 do CTN, como bem demonstrou o julgador singular.

**Acréscimo patrimonial a descoberto: falta de fundamento legal**

– Pretender que não exista qualquer comando legal a definir o acréscimo patrimonial a descoberto como fato gerador do imposto de renda é desconhecer

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 13830.000286/98-71  
Acórdão nº. : 106-11.433

toda a sistemática legal de tributação da renda. O auto de infração cita o art. 3º, § 1º, da Lei nº 7.713/88, que prevê expressamente a aludida hipótese de incidência.

**Dinheiro em caixa:** Intimado a demonstrar a origem de quantia correspondente a 8.735,53 UFIR, declarada como *numerários em caixa*, silenciou o Recorrente. Sem explicações convincentes, não há como se considerar existente dinheiro em espécie que corresponde a aproximadamente 80% dos rendimentos anuais declarados pelo Recorrente no período (fls.26). A pretensa posse de tal quantia é tanto mais estranhável porque da declaração de bens (fls.28) não constam depósitos bancários, certamente por se situarem abaixo do valor de informação obrigatória.

Por igual, omissa a declaração de bens quanto a depósitos bancários e aplicações financeiras, não há como se presumir que os rendimentos auferidos pelo Recorrente no ano calendário de 1992, por ele omitidos em sua declaração, tiveram seu poder aquisitivo preservado e ainda estivessem disponíveis no ano de 1993

**Aquisição de automóvel VW Gol:** A pretendida exclusão do dispêndio referente à aquisição do automóvel citado, por haver sido comprado a prazo e não à vista, busca amparo no documento de fls.107. Trata-se do mesmo documento juntado pelo autuante a fls. 37, já do conhecimento do Recorrente que, na impugnação não levantou a objeção agora invocada.

Não basta ao Recorrente informar que a venda ocorreu a prazo, sem especificar em detalhes e com base em documentos pertinentes as condições do negócio. De resto, a menção a venda a prazo na nota fiscal deve-se a equívoco porque o mesmo documento informa que a venda se fez sem reserva de domínio e sem contrato de alienação fiduciária, numa clara indicação de venda realizada à vista.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 13830.000286/98-71  
Acórdão nº. : 106-11.433

Deve, por conseguinte, ser mantida a bem lançada decisão de primeiro grau, a cujos doutos fundamentos, lidos em sessão, me reporto e considero parte integrante deste acórdão, como se estivessem aqui transcritos.

Tais as razões, voto por negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões - DF, em 15 de agosto de 2000

Luiz Fernando Oliveira de Moraes